CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino retira sigilo de apuração sobre Frias que liga desvios em SP ao filme ‘Dark Horse’ e ao PCC

Fonte original: Jovem Pan. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Jovem Pan (jovempan.com.br)
Autor	Bruno Pinheiro, Pedro Vilas Boas
Data de publicação	13/09/2026 10:54
URL original	https://jovempan.com.br/politica/dino-retira-sigilo-de-apuracao-sobre-frias-que-liga-desvios-em-sp-dark-horse-e-ao-pcc/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Mário Frias, Flávio Dino, Ricardo Sayeg, Jair Bolsonaro
Organizações	Polícia Federal, Complexsys, Supremo Tribunal Federal, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Associação Nacional de Cidadania
Data da coleta	29/09/2026 10:08
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 20:05
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• A apuração identificou um “circuito financeiro fechado” e confusão patrimonial envolvendo o parlamentar, o ICB, a empresa Complexsys Soluções Integradas e a Associação Nacional de Cidadania (ANC).
• A investigação apontou transferências diretas do deputado para a Complexsys, que devolvia valores ao ICB e repassava recursos à ANC sem causa econômica justificada.
• Também foram identificados indícios de fraude, como o cancelamento no mesmo dia de emissão de uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys para a administração municipal paulistana. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Jovem Pan

RESUMO

Dino retira sigilo de apuração sobre Frias que liga desvios em SP ao filme ‘Dark Horse’ e ao PCC
O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o levantamento do sigilo dos autos da Petição 16.669 e de todos os documentos e provas oriundos da Justiça Estadual de São Paulo. Essa movimentação colocou o parlamentar como participante ativo da engrenagem financeira sob apuração, conectando as verbas do filme às emendas e contratos municipais.

Dino retira sigilo de apuração sobre Frias que liga desvios em SP ao filme ‘Dark Horse’ e ao PCC

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o levantamento do sigilo dos autos da Petição 16.669 e de todos os documentos e provas oriundos da Justiça Estadual de São Paulo. A investigação apura um suposto esquema de desvio de verbas públicas e lavagem de dinheiro envolvendo o deputado federal Mário Frias (PL-SP).

Na decisão deste domingo (13), o magistrado destacou que a publicidade ampla dos atos investigativos é fundamental para prevenir “vazamentos seletivos” e garantir o tratamento igualitário entre os investigados. Dino fundamentou a medida em uma “viragem jurisprudencial” na Corte, respaldada em entendimentos recentes dos ministros André Mendonça e Edson Fachin sobre a garantia constitucional da transparência.

Um dos pontos centrais que fundamentaram a unificação das apurações sob a supervisão do STF e da Polícia Federal, que já havia sido determinada, é a interligação entre contratos municipais de São Paulo e verbas federais destinadas ao projeto do filme “Dark Horse”, que conta a história do ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com os relatórios policiais aceitos no Supremo, a investigação da PF em Brasília mapeou repasses de recursos públicos federais entre R$ 8 milhões e R$ 20 milhões para o longa. O projeto do filme está vinculado à produtora Go Up Entertainment Ltda., de propriedade de Karina Ferreira da Gama, que também é a dirigente e representante legal do Instituto Conhecer Brasil (ICB) — entidade que mantinha termo de colaboração com a Prefeitura de São Paulo.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Os registros financeiros revelaram que Mário Frias realizou remessas diretas de valores para a Go Up Entertainment em montantes considerados materialmente incompatíveis com seus rendimentos declarados e com os créditos de suas contas bancárias. Essa movimentação colocou o parlamentar como participante ativo da engrenagem financeira sob apuração, conectando as verbas do filme às emendas e contratos municipais.

Ligação com o PCC

Citando a Polícia Federal, Flávio Dino argumenta que os fatos investigados na esfera estadual e na federal não são episódios isolados, mas sim manifestações de uma "única organização criminosa" voltada para captar, fracionar e ocultar recursos públicos, na qual Mário Frias atuaria como agente central.

"Essa organização alcançaria, inclusive, vínculos com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital), consoante linha investigativa mencionada nos autos. Há a alusão reiterada, no itinerário delituoso, a um deputado federal, o Sr. Mário Frias, que – no terreno hipotético da investigação – ocuparia um papel de liderança na suposta arquitetura criminosa"Decisão de Flávio Dino

A apuração identificou um "circuito financeiro fechado" e confusão patrimonial envolvendo o parlamentar, o ICB, a empresa Complexsys Soluções Integradas e a Associação Nacional de Cidadania (ANC). A investigação apontou transferências diretas do deputado para a Complexsys, que devolvia valores ao ICB e repassava recursos à ANC sem causa econômica justificada. Também foram identificados indícios de fraude, como o cancelamento no mesmo dia de emissão de uma nota fiscal de R$ 2 milhões emitida pela Complexsys para a administração municipal paulistana.

A decisão do ministro Flávio Dino ressalta a gravidade da hipótese investigativa ao mencionar a existência de linhas de apuração que indicam possíveis vínculos do esquema com a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), elemento que reforçou a necessidade de atuação centralizada da Polícia Federal.

O Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Osvaldo Nico Gonçalves, foi intimado a entregar à Polícia Federal todo o material bruto extraído dos telefones celulares apreendidos em operações realizadas em junho deste ano, bem como transferir a custódia de computadores, celulares e documentos físicos apreendidos para a PF. O ministro autorizou ainda a requisição ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF) detalhados sobre o ICB e Karina Ferreira da Gama, englobando o período de 20 de junho de 2024 até a atualidade.

Outro lado

Por meio de nota, a defesa de Karina Gama diz que considera positivo o levantamento do sigilo. "A transparência interessa à Justiça, à sociedade e, sobretudo, à própria defesa. Quem já apresentou voluntariamente mais de 20 mil páginas de documentação não teme transparência. Desde o primeiro momento, a Sra. Karina Gama tem sustentado, de maneira firme e inequívoca, que não praticou qualquer ilícito", diz um trecho do comunicado, assinado pelo advogado Ricardo Sayeg.

"A defesa confia que a plena exposição dos fatos demonstrará que a Sra. Karina Gama não pode ser transformada em culpada pela intensa efervescência da vida nacional, em um momento de extraordinária agitação e movimentação política. Investigar é legítimo. Esclarecer é do interesse de todos. Mas investigação não é acusação, muito menos, condenação e a repercussão política jamais poderá substituir o devido processo legal", afirma a defesa, em outro trecho.

Assuntos

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

continue lendo

- Gilmar Mendes pede ao STF investigação sobre irregularidades em precatórios Jovem Pan · há 7 minutos

- Atlas: Paes tem 44,1% e Douglas Ruas chega a 35,7% na disputa pelo RJ Jovem Pan · há 1 hora

- Atlas: Tarcísio tem 53,3% e Haddad, 40,1% na disputa pelo governo de SP Jovem Pan · há 1 hora

- Atlas: Cleitinho tem 41,8% e Patrus Ananias, 33,6% em Minas Gerais Jovem Pan · há 1 hora

Fonte original: https://jovempan.com.br/politica/dino-retira-sigilo-de-apuracao-sobre-frias-que-liga-desvios-em-sp-dark-horse-e-ao-pcc/ · Coletado em 29/09/2026 10:08 · Gerado em 27/11/2026 23:55

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.